

ESCOLHA E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL DE ESTUDANTES DE CURSO PRÉ-VESTIBULAR POPULAR

CHOICE AND VOCATIONAL GUIDANCE OF STUDENTS FROM POPULAR PRE-UNIVERSITY COURSE

Luciana Albanese Valore e Luiza Helena Raittz Cavallet
Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil

RESUMO

A condição socioeconômica tem sido apontada na literatura como fator determinante na escolha profissional de jovens das camadas desfavorecidas. A presente pesquisa volta-se a este tema, tendo como amostra estudantes de um curso pré-vestibular popular, inscritos em um projeto de orientação profissional. Através de questionário com perguntas abertas e fechadas, objetivou-se investigar os critérios utilizados, as dificuldades encontradas, a quantidade de informação percebida e as contribuições da escola no processo de escolha profissional. Embora o aspecto econômico não tenha sido apontado como critério ou dificuldade principal na escolha, os demais resultados corroboraram outros aspectos encontrados na literatura. Confirmou-se a relevância da orientação profissional nesse contexto, evidenciando-se a necessidade de sua articulação com a ação docente, de modo a aproximar a educação do mundo do trabalho e a incentivar o planejamento de projetos de vida que venham a contemplar o desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva.

Palavras-chave: escolha profissional; orientação profissional; educação; cursinho popular.

ABSTRACT

The unfavorable socioeconomic conditions have been reported in the literature as a factor in career choice of young people from disadvantaged groups. This research has been dedicated to this theme, with a sample of students from a popular pre-university course, enrolled in a vocational guidance project. Through a questionnaire with open and closed questions we aimed to investigate the criteria used, difficulties encountered, the perceived amount of information and contributions from school in the process of career choice. Although the economic aspect was not pointed as the main criterion or difficulty in choosing, the overall results corroborated other aspects found in the literature. Confirmed the relevance of career guidance in this context, demonstrating the need for its articulation with the teaching activities, in order to bring education to the workplace, and encourage the planning of life projects that may achieve the development of a more inclusive society.

Keywords: professional choice; vocational guidance; education; preparatory course.

Com o crescente debate a respeito do compromisso social da Psicologia, como instrumento de transformação e superação da exclusão social, o campo de atuação da Orientação Profissional (OP), historicamente restrito a estudantes de maior poder aquisitivo, vem sendo redimensionado, de modo a também poder atender jovens provenientes do ensino médio público e das camadas populares em geral. Em função disso, as condições da escolha profissional desses estudantes - especialmente no que se refere às restrições impostas por sua realidade socioeconômica - tanto quanto suas demandas em relação à OP têm sido investigadas. Paralelamente, o significativo crescimento da procura de orientação por parte desses estudantes - provavelmente correlacionado, dentre outros fatores, à implantação

de políticas afirmativas de acesso e permanência ao/no ensino superior - têm desafiado os estudiosos da área no que concerne à revisão dos objetivos e à criação de metodologias específicas para esta população. A necessidade de ampliação de pesquisas relacionadas à problemática vocacional e à orientação profissional de jovens de contextos populares tem sido apontada por diversos autores (Bardagi, Arteche, & Neiva-Silva, 2005; Bastos, 2005; Dias & Soares, 2007; Gavilán & Labourdette, 2006; Ribeiro, 2003; Soares, Krawulski, Dias, & D'Avila, 2007; Sparta, Bardagi, & Andrade, 2005; Valore, 2010).

A presente pesquisa buscou responder a esta necessidade, tendo como ponto de partida o estudo de Sparta et al. (2005). Mediante a adaptação do ins-

trumento formulado pelas autoras, elaborou-se um questionário com a finalidade de investigar o perfil sociodemográfico, os critérios utilizados e as dificuldades encontradas no processo de escolha de estudantes de um cursinho pré-vestibular, inscritos num projeto de orientação profissional ofertado numa universidade pública da região sul do país. Além disso, investigou-se a presença de contribuições da escola para a escolha, no intuito de levantar subsídios para ações de orientação com essa população, as quais permitam vislumbrar atividades a serem empreendidas no contexto educativo, por professores e pela equipe pedagógica. Tal pretensão vem em ressonância a outros estudos que evidenciam a necessidade da universalização da OP, geralmente circunscrita à atuação isolada de psicólogos em consultórios ou escolas, ampliando-a para o âmbito das políticas públicas em Educação para a Carreira.

Escolha e orientação profissional de estudantes provenientes das camadas populares

A OP surgiu como prática no início do século XX, antes mesmo do aprimoramento de modelos teóricos concernentes à explicação da problemática vocacional. Voltada à ideologia industrial da época, visava à produtividade e à prevenção de acidentes (Lassance & Sparta, 2003). Com o passar do tempo, as transformações e as reivindicações sociais - sobretudo nas últimas décadas, em função do processo de globalização - foram convocando as diversas áreas do conhecimento e, dentre elas, a Psicologia, a pensarem nas questões políticas aí implicadas, particularmente em relação ao aumento e às novas modalidades de exclusão social. As discussões sobre o contexto sociopolítico do processo de escolha profissional, o papel da OP na sociedade e seus objetivos ganharam destaque, configurando-se, a partir disso, aquilo que Lehman (2010) configura como sendo o quarto estágio teórico-prático da OP: o Político e Social, marcado pela defesa de uma postura ética e socialmente comprometida por parte do orientador. Reafirmado por diversos autores da área, tal compromisso tem posto em xeque a abordagem psicométrica e o privilegiamento da população jovem de classe média alta prestes a ingressar em um curso superior, ao mesmo tempo em que tem exigido novas metodologias e contextos de intervenção. Um contexto que vem demandando a atenção é o da população socioeconomicamente desfavorecida, cuja perspectiva de ingressar numa universidade, pública em especial, nem sempre está inclusa nas possibilidades concretas dessas pessoas (Ribeiro, 2003).

A bibliografia que trata do tema (Bastos, 2005; Dias & Soares, 2007; Moura & Menezes, 2004; Ribeiro, 2003; Shiessl & Sarriera, 2004; Soares, Krawulski, Dias, & D'Avila, 2007; Sparta, Bardagi, & Andrade, 2005; Whitaker, 2010; Whitaker & Onofre, 2006) evidencia as limitações enfrentadas por jovens prove-

nientes das camadas populares em relação à escolha de uma ocupação. Essa, não raro, acaba sendo imposta pela falta de opção, ou de informação, derivada da necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho e/ou da impossibilidade de custear uma universidade particular. Outro fato recorrente refere-se à escolha de cursos superiores com baixa concorrência no vestibular. Nesse sentido, os autores consultados configuram a OP nesse contexto como estratégia para oportunizar a discussão sobre essas determinações, possibilitando ao sujeito fazer-se dono de sua história através do autoconhecimento, do conhecimento da realidade externa e da melhor conciliação entre ambos, além de estimular novos vínculos sociais e trocas de experiências. Bastos (2005) propõe, como um dos desafios do orientador profissional no trabalho com jovens oriundos do ensino médio público, o favorecimento da compreensão da realidade socioeconômica destes jovens e a reflexão sobre como ela incide em suas escolhas e em suas subjetividades. Como observam Teixeira e Calado (2010), há que se pensar que a oferta de orientação nesse contexto configura-se como uma “inquestionável missão de natureza social” (p. 214), dado que contribui para a democratização da sociedade.

A precariedade de informação sobre a realidade ocupacional e sobre as oportunidades de qualificação tem sido frequentemente identificada nos estudos que tratam da escolha profissional de estudantes do ensino médio. Precariedade esta que pode se agravar conforme as condições sociais desiguais. Não por acaso, a demanda de informação e de exploração das possibilidades de inserção no mundo do trabalho configura uma das expectativas mais apontadas no início de uma OP, indicando o quanto as práticas do ensino formal ainda se encontram distantes do universo laboral. Assim, exceções à parte, se, por um lado, nas escolas particulares a ênfase tem residido no preparo para o vestibular (num horizonte que acena com a perspectiva de um diploma superior), por outro, no ensino público a naturalização da necessidade de inserção imediata no mercado de trabalho (num horizonte que acena com a perspectiva de sobrevivência financeira como única “alternativa”) tem também contribuído para negligenciar uma intervenção mais ampla, no sentido da educação voltada à construção da carreira, do projeto de vida e da capacidade de análise crítica da realidade social.

Não obstante essa constatação, o ingresso no ensino superior tem se tornado aspiração crescente na juventude brasileira economicamente desfavorecida, o que, não necessariamente, significa que as novas modalidades de educação superior, tampouco as políticas afirmativas previstas em lei, tenham sido suficientemente incorporadas (Sparta & Gomes, 2005). Tal fato tem acarretado uma maior procura, por parte

dessa população, de cursos pré-vestibulares gratuitos ou, ao menos, financeiramente mais acessíveis, o que sinaliza a importância da OP também nesse contexto e indica a necessidade de ampliação de pesquisas com esses estudantes.

A literatura na área evidencia apenas dois estudos realizados especificamente em cursinhos populares. O primeiro deles (Sparta, Bardagi, & Andrade, 2005), como já dito, serviu de referência para a presente pesquisa e será adiante retomado por ocasião da discussão dos resultados. O segundo (Soares, Krawulski, Dias, & D'Avila, 2007) trata de um relato de experiência de OP, cuja visão de homem aproxima-se da nossa. Nas palavras das autoras: “o homem objetivamente transforma o mundo e subjetivamente é também transformado enquanto atua” (p.750). Nesse sentido, concordamos com elas de que, por maiores que sejam as limitações impostas pelo contexto, “a escolha está sempre presente, objetiva e subjetivamente, e faz parte das ações humanas” (p.750), o que sinaliza a importância da OP como uma prática que contemple a discussão sobre a possibilidade de escolha, tanto no momento de inserção em um curso de nível superior, quanto - e sobretudo- ao longo do desenvolvimento de uma carreira, no qual a necessidade de novas escolhas estará certamente presente. Os aspectos evidenciados nessa experiência corroboraram outras pesquisas, na medida em que a discussão sobre escolha profissional e projeto de vida foi marcada pela falta de informação sobre cursos e profissões, pela eleição do ensino superior como “opção” necessária para ascender socialmente e “ser alguém na vida”, pelo medo de reprovação no vestibular e por sentimentos de dúvida em relação ao futuro. As autoras ressaltam a interdependência entre as práticas de preparação para o vestibular e as práticas de OP, sendo que essas, ao auxiliarem na definição da escolha, podem constituir-se como importante fator motivacional para o estudo, além de contribuírem para a redução da ansiedade, dado o compartilhamento de angústias e dúvidas com os colegas.

Paralelamente à expansão da OP para as camadas populares, os pesquisadores e profissionais da área têm defendido a necessidade do engajamento das escolas na tarefa de auxiliar a escolha da profissão e a construção do projeto de vida, através de ações que aproximem o universo educativo e o mundo do trabalho. Para Ribeiro (2003), por exemplo, uma possível ação das escolas consistiria em agregar à grade curricular disciplinas que proporcionem um contato gradual com o mundo do trabalho e desenvolvam a habilidade de fazer escolhas e elaborar projetos. Assim como esse autor, outros endossam a tese de a OP fazer parte do projeto pedagógico ou, numa perspectiva ainda mais ampla, de uma proposta de Educação para a Carreira, contribuindo

para uma educação voltada ao desenvolvimento de projetos profissionais e de vida (Munhoz, 2010; Munhoz & Melo-Silva, 2011; Uvaldo & Silva, 2010). Além disso, torna-se importante atentar para o lugar de referência ocupado pelos educadores na construção da identidade profissional de seus alunos (Ferreira, Nascimento, & Fontaine, 2009) e, no caso de jovens pertencentes à condição de vulnerabilidade social, faz-se especialmente relevante considerar o papel da escola na superação das desigualdades sociais (Gavilán & Labourdette, 2006).

Como bem observam Munhoz e Melo-Silva (2011), embora a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996) determine a vinculação entre a educação escolar, o mundo do trabalho e a prática social, a OP, no contexto brasileiro, ainda não incorporou a proposta de Educação para a Carreira presente em outros países. Tal proposta pode ter diferentes matizes: a defendida pelas autoras refere um programa que inclua os conceitos relativos ao desenvolvimento vocacional no currículo sob a supervisão de um orientador especializado e com a participação dos professores, pais e pessoas da comunidade. Assim, poder-se-ia contribuir “para a preparação dos jovens para um engajamento democrático, ativo e crítico em todos os aspectos da sua vida pessoal, social e profissional” (p.45).

Método

Participaram da pesquisa cinquenta e quatro estudantes de um cursinho popular (ofertado por uma ONG vinculada a uma universidade pública da região sul do país), inscritos num serviço de Orientação Profissional (realizado pela mesma universidade). Como já referido, o instrumento para a investigação consistiu num questionário, adaptado da pesquisa de Sparta et al. (2005), o qual, além de perguntas abertas voltadas ao conhecimento de aspectos concernentes à escolha profissional, abrangeu duas perguntas fechadas (referentes ao nível da decisão e à quantidade de informação percebida) e questões relacionadas ao perfil sociodemográfico. Os estudantes foram convidados a participar da pesquisa durante a entrevista individual que antecede os atendimentos grupais de OP, ocasião em que foram informados os objetivos da investigação, o instrumento a ser utilizado e os cuidados em relação ao sigilo das informações. Também foram apresentados os termos de consentimento livre e esclarecido para serem assinados por eles e por seus responsáveis legais, no caso dos menores de 18 anos. A aplicação do questionário deu-se no início do primeiro encontro grupal.

Num primeiro momento, sistematizaram-se os dados pessoais dos participantes, aplicando-se tratamento estatístico do programa SPSS 13.0, de modo a poder compor o perfil da amostra e estabelecer algumas cor-

relações. Em seguida, procedeu-se à análise dos textos produzidos em resposta às questões abertas, buscando-se evidenciar (primeiramente para cada questionário, posteriormente, em seu conjunto) as principais recorrências discursivas. Importante observar que, embora os temas tivessem sido previamente estipulados no roteiro de perguntas, as respostas configuraram vários subtemas. Assim, o trabalho de análise consistiu em levantar esses subtemas e, por aproximação de sentidos, distribuir e agrupar os enunciados produzidos em cada um deles. Tal etapa não excluiu o trabalho de retornar aos questionários individuais, quando necessário, no intuito de reler todas as respostas e sanar eventuais dúvidas (quando, por exemplo, era preciso buscar em outras respostas, que não a analisada no momento, possíveis relações de sentido entre aquelas e esta). A fim de garantir a consistência da análise, essa foi realizada por quatro pesquisadoras, em momentos individuais e coletivos. Realizou-se a contagem do número de enunciados para cada subtema visando ao mapeamento das recorrências mais significativas. O tratamento realizado neste caso consistiu, pois, na utilização de frequências de ocorrências de subtemas. Cabe observar que numa mesma resposta, por vezes, puderam ser identificados vários subtemas.

Resultados

Em relação ao perfil da amostra, 59% eram do sexo feminino e 41% do sexo masculino, com renda mensal familiar de 1 a 3 salários mínimos (58%), distribuídos na seguinte faixa etária: 55% entre 16 e 17; 23% entre 18 e 20; 11% entre 21 e 25; 3% de 26 a 30; 4% de 30 a 40; e, 4% de 50 a 55.

A grande maioria dos participantes cursou o ensino fundamental (91%) e médio (96%) em instituições públicas, sendo que apenas 39% estavam concluindo o ensino médio ao mesmo tempo em que frequentavam o cursinho: 20% o concluíram no ano anterior e 41% em anos precedentes. Com relação à escolaridade dos pais, a quantidade de analfabetos foi quase nula (1%), apesar de 24% não terem concluído o Ensino Fundamental. A maioria (35%) possuía Ensino médio completo, apenas 13% chegaram a ingressar no Ensino Superior e somente 7% o concluíram, havendo predominância dos homens (57% dos que chegaram ao ensino superior e 75% dos que concluíram). Por fim, no que se refere ao exercício de uma ocupação, 39% dos participantes trabalhavam à época do estudo (sendo que 56% trabalharam anteriormente).

A respeito do nível da decisão, embora estivessem a seis meses da inscrição para o vestibular da universidade apontada como preferida (uma instituição pública federal), 71% dos jovens ainda não haviam definido uma

escolha profissional (estando em dúvida entre duas ou mais carreiras), e dos 29% que se declararam como já tendo feito uma escolha, 76% revelavam a presença de dúvidas. Todos, porém, assinalaram o ensino superior como principal alternativa, tendo sido indicadas quarenta e duas opções de cursos. Dentre elas, destacaram-se: Direito (assinalada 10 vezes), Psicologia (8), Engenharia Química (7), Engenharia Civil (5), Administração (4), Arquitetura (4), Letras (4) e Pedagogia (4).

No item quantidade de informação percebida sobre a(s) profissão(ões) pretendida(s), obtiveram-se os seguintes dados: somente 6% dos participantes consideraram-se muito bem informados, 57% declararam-se razoavelmente informados (com aspectos que ainda gostariam de conhecer, sobretudo relativos ao mercado de trabalho), 28% pouco informados, 5% sem nenhuma informação (sendo que 4% não responderam). A quantidade de informação mostrou-se estatisticamente significativa na correlação com dois fatores: o nível de decisão e a idade dos participantes. A primeira correlação foi positiva (0.467**), evidenciando que quanto mais o estudante afirmava sua decisão, mais bem informado considerava-se (sendo válida também a situação inversa). Já a correlação com a idade foi negativa (-0.398**), ou seja, quanto mais idade, menos se perceberam como muito bem informados ou, quanto menos idade, maior a percepção de estarem muito bem informados.

Nas respostas referentes aos critérios utilizados para a escolha foram identificados cinco subtemas principais. Os “gostos/afinidades pessoais” (presentes em 32 enunciados) e as “características/habilidades pessoais” (enunciados 13 vezes) predominaram sobre os aspectos objetivos da profissão. Os demais subtemas ficaram assim distribuídos: “características do mercado” (enunciadas 9 vezes); “contato anterior com a área” (6 vezes) e “função social da profissão” (4 vezes).

Com relação às dificuldades encontradas na escolha profissional, a análise permitiu identificar seis subtemas principais, muitos deles presentes numa mesma resposta. O mais recorrente concentrou 26 enunciados que explicitavam a falta de informação: sobre o curso, a profissão e o mercado de trabalho ou sobre si mesmos. Em segundo lugar apareceu o medo de errar na escolha, enunciado 16 vezes pelos participantes. A terceira maior dificuldade foi reconhecida na análise como “dificuldade de renunciar” a alguma carreira ou característica/habilidade pessoal (afirmada 12 vezes). Alguns exemplos: “*Todas essas áreas são coisas que eu gosto muito, cada uma tem seu ponto e cada uma tem seu ponto alto, por isso, fica difícil balancear qual será a melhor opção*”; “*A dúvida, pois são caminhos opostos e escolha feita, tem que ser levado até o final, para que não haja perda*”; “*Tenho habilidades nas duas áreas e*

isso me deixa em dúvida de qual optar com certeza". Por fim, apareceram a "condição financeira" (presente em 7 enunciados) e a "falta de garantias em relação ao acesso e à permanência ao/no mercado de trabalho" (em 6 enunciados).

O último resultado obtido refere-se à percepção das contribuições da escola no processo de escolha de uma profissão. Dos 83% participantes que responderam a pergunta aberta direcionada a este tema, 39% dos jovens não consideraram qualquer auxílio: *"porque não há conversas sobre as profissões"* ; *"a carreira é algo muito íntimo; o que pode acontecer é sofrer influências"* ; *"Não, pois eles não falam o que é melhor ou pior, ou o que talvez seja a melhor opção. Como eu disse, os professores fazem isso, mas só alguns e às vezes SUPERFICIALMENTE"* ; *"pois não há preocupação com o futuro de seus alunos, mas somente com o seu desenvolvimento perante a escola."* Outros 25% afirmaram tal auxílio como se dando de forma relativa: *"Indiretamente, pois é nela que passo maior parte do tempo, trocando informações com diversas pessoas e isso pode ajudar, mas não é uma ajuda direta, ou, 'consciente' por parte da escola"*; *"Pouco. O contato com os professores de diferentes disciplinas dá uma certa noção sobre suas áreas"*; *"Teoricamente sim, porém na prática não, pois não possibilitam uma intervenção da matéria com o mercado de trabalho"*. Já 19% responderam afirmativamente, reconhecendo o auxílio da escola: *"Sim, pois os professores falam sobre algumas profissões, sobre alguns cursos, dão dicas também"*; *"Sim, porque me interessa na área de educação, e posso sempre tirar dúvidas acerca de profissões com os professores"*; *"Sim, com essas ações de orientação profissional"*; *"Sim, caso eu realmente me interesse"*.

Discussão

O perfil sociodemográfico dos participantes revelou diferenças em relação aos vestibulandos das classes média/alta brasileiras no que diz respeito à renda mensal familiar, à escolaridade dos pais, ao tipo de ensino frequentado anteriormente e à presença de estudantes mais velhos. Este último dado sugere a confirmação de uma realidade nacional que acena com a descontinuidade dos estudos por parte de jovens oriundos das camadas populares. De fato, diferentemente do que ocorre com alunos de classes com melhores condições econômicas e que frequentam cursinhos particulares (geralmente concomitantes à 3ª série do ensino médio), apenas 20% da amostra iria tentar o ingresso na universidade logo após a conclusão do ensino médio. Isso pode sugerir, conforme constatado por outros estudiosos, a percepção de falta de preparo para o vestibular no ensino público (e a conseqüente necessidade de complementação de

um cursinho). Outra diferença significativa refere-se ao exercício de uma ocupação remunerada antes do ingresso no cursinho (fato incomum dentre vestibulandos economicamente mais favorecidos).

A presença de apenas 7% de estudantes decididos não chegou a surpreender, na medida em que configura uma recorrência em estudos correlatos. O mesmo pode ser dito quanto às escolhas relatadas nos questionários, as quais, conforme também verificado por Ribeiro (2003), Sparta e Gomes (2005), Sparta et al. (2005), dentre outros, referiam-se ao ingresso em um curso de ensino superior (como já dito, preferencialmente numa universidade pública). Interessante observar que, diferentemente do encontrado por Soares et al. (2007), alguns dos cursos indicados possuem alta concorrência no vestibular e demandam dedicação em período integral, o que, em se tratando de uma universidade pública e não obstante os avanços obtidos com as políticas afirmativas, poderia dificultar a aprovação e a permanência na graduação desejada, tendo em vista uma eventual necessidade de conciliar estudo e trabalho. Tal aspecto mereceria ser discutido num processo de OP, de modo a diminuir as chances de desistência do curso e a preparar, na medida do possível, para a eventual vivência de diferença, quanto à condição social, entre esses futuros universitários e seus colegas. Diferença essa que pode gerar sentimentos de solidão e de desenraizamento, conforme o demonstrou Piotto (2010) em sua pesquisa com universitários oriundos de camadas populares inseridos em cursos de alta seletividade. Assim, num trabalho de orientação com essa população, torna-se importante propiciar o conhecimento crítico das condições objetivas da realidade socioeconômica, com vistas a configurar possíveis estratégias de enfrentamento (Bastos, 2005), bem como favorecer o reconhecimento da diferença em seu aspecto produtivo e enriquecedor da prática acadêmica e da própria constituição da subjetividade. E, como adverte Whitaker (2010), é preciso também levar em conta que à reflexão sobre o universo profissional subjaz uma outra: a da articulação entre as profissões e o modo de produção de um dado contexto geográfico e momento histórico. Dessa forma, uma outra discussão relevante poderia consistir na desmistificação da crença que atribuí, exclusivamente aos sujeitos, a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso na vida profissional.

Outro ponto a ser considerado diz respeito ao fato de que, embora a aspiração de cursar uma universidade represente um maior acesso à escolaridade, em comparação com a geração anterior, a visão do ensino superior como uma continuidade natural dos estudos e forma privilegiada de ingresso no mercado de trabalho pode favorecer a priorização da preparação para o vestibular em detrimento da construção de um projeto profissional, e isso pode gerar "escolhas pouco

consistentes, realizadas sem um processo adequado de exploração vocacional e baseadas fundamentalmente em informações estereotipadas e de senso comum” (Sparta, Bardagi, & Andrade, 2005, p. 84). Além disso, ainda que a função de um cursinho seja a de preparar para o vestibular - e um cursinho popular não escapa dessa condição- convém lembrar que, para que este último venha a se constituir, efetivamente, como uma ação afirmativa, é preciso ir além da abordagem “conteudista”, propiciando uma leitura mais reflexiva e crítica da realidade. Tal é a proposição de Whitaker (2010), que vislumbra na OP a possibilidade de conscientização das causas estruturais das dificuldades encontradas pelos alunos, o que, além de favorecer a melhoria de sua autoestima, constitui-se “também num conjunto de conhecimentos que, incorporados, fazem crescer o capital cultural, com informações históricas e dados socioeconômicos fundamentais” (p. 296).

Em relação à quantidade de informação percebida, os dados obtidos levam a supor que na medida em que foram adquirindo mais idade, os estudantes tenham se tornado mais críticos e exigentes em relação à avaliação da quantidade/qualidade de informação necessária para a realização de uma escolha bem fundamentada. Ainda referente a esse dado, é curiosa a constatação de que, não obstante muitos dos participantes já tivessem trabalhado ou o estavam fazendo na época da pesquisa, como na investigação de Sparta et al. (2005), tal experiência parece não lhes ter trazido muitas contribuições do ponto de vista do conhecimento das profissões. Talvez, como hipotetizam as autoras, tal dissociação entre o contexto do trabalho e o da escolha, deva-se ao exercício de ocupações mais associadas à oportunidade e à remuneração do que à afinidade pessoal. Por fim, ainda concernente aos aspectos indecisão e percepção de pouca informação, pode-se conjecturar uma relação com o fato de os participantes estarem buscando uma orientação profissional. Mesmo assim, dadas as evidências apresentadas na literatura, seria arriscado pressupor que os demais estudantes do cursinho, ao contrário dos integrantes da amostra, estivessem suficientemente informados e decididos.

O privilegiamento da identificação pessoal com a área e da habilidade pessoal (ainda que afirmações do tipo “gosto de números” não indiquem, necessariamente, conhecimento aprofundado sobre a profissão pretendida ou uma concepção realista sobre as condições do mercado de trabalho) como critérios norteadores da escolha marcaram uma diferença em relação aos resultados encontrados por Sparta et al. (2005) – bem como por Gomes, Capanema, Câmara e Cabanelas (2006) e Zonta (2007) -, nos quais a maioria dos participantes utilizou aspectos como a experiência na área, as informações sobre as profissões, a perspectiva de

um bom mercado de trabalho e a baixa concorrência no vestibular como critérios para a escolha. Isso constitui um dado interessante, ao demonstrar que a presença de condições socioeconômicas limitadoras não anula a possibilidade de tomar a si próprio como referência. Por outro lado, como será discutido adiante, algumas dificuldades reconhecidas na realização da escolha permitem questionar esse dado.

O aparecimento, apenas em quatro respostas, da “função social da profissão” como aspecto motivador da futura carreira parece corroborar algo sinalizado em outros estudos que tratam do tema: o crescimento de uma visão individualista, em detrimento da percepção da profissão em sua dimensão de compromisso com uma coletividade, na juventude contemporânea. Mesmo assim, é digno de nota que quatro participantes enunciaram alguma contribuição para as outras pessoas (nem sempre bem clarificadas) como critério para definir a profissão. Vale retomar seus enunciados: “Penso em poder dar uma melhor educação do que esse país oferece”; “Procurei um curso que eu pudesse ajudar outras pessoas, a poder relaxar; enfim como elas quisessem”; “Escolhi Psicologia devido à vontade de ajudar outras pessoas”; “Pensei no que gostaria de fazer para os outros num futuro próximo”. Tal fato acena com a necessidade do debate, no âmbito da OP e da educação de modo geral, quanto ao compromisso social da profissão e à sua condição inevitável de relação; afinal, qualquer ocupação sempre será exercida com o outro e para o outro. Ao mesmo tempo, corrobora o estudo de Valore e Viaro (2007) e de Soares et al. (2007), os quais evidenciaram uma preocupação com a contribuição social da profissão em estudantes de escola pública (no primeiro) e de cursinho popular (no segundo), e sugere que, talvez, essa preocupação seja uma característica dessa população. No caso específico dos cursinhos, cabe lembrar que os mesmos surgiram como movimento social e têm como objetivo tanto o preparo para o vestibular, quanto o estímulo para discutir as injustiças sociais e promover mudanças sociais (Carvalho, Alvim Filho, & Costa, 2008).

Com relação à principal dificuldade encontrada na escolha da profissão, não deixou de ser irônico constatar que, numa sociedade impregnada pela abundância de informação (e pela relativa facilidade de acesso à mesma), enunciados do tipo “Acredito que é difícil escolher uma profissão porque quero muito ser feliz trabalhando, mas não sei que profissão me proporciona essa felicidade”; “Não saber exatamente como é cada curso e ter dúvidas sobre eles” tenham marcado o discurso dos estudantes pesquisados. Note-se, aí, algo já constatado por Bohoslavsky (1998), ao afirmar que a busca de uma profissão remete à busca de um sentido para a vida e, em última instância, à busca da felicidade.

O reconhecimento da necessidade de maior informação, explicitado ou mostrado em vários momentos do questionário, vai ao encontro da literatura e põe em questão os critérios definidos para a escolha, na medida em que sugere a falta de maior conhecimento de si e da realidade ocupacional (informação aqui pensada como algo que exige um trabalho de apropriação e de atribuição de sentidos, a fim de poder se constituir como um efetivo conhecimento). Assim, caberia indagar se os “gostos” ou “habilidades pessoais” – afirmados como principal norteador da escolha – são efetivamente conhecidos pelos jovens pesquisados e, mais do que isto, se se encontram bem articulados ao conhecimento das condições objetivas da qualificação e da inserção profissional. Isso leva a considerar a necessidade de ações educativas e de OP com essa população que venham a contribuir para a concretização de um projeto de vida sustentado por informações consistentes e por uma tomada de posição, realista e crítica, em relação às mesmas (Bastos, 2005; Ribeiro, 2003; Soares, Krawulsky, Dias, & D’Avila, 2007; Zonta, 2007).

A segunda maior dificuldade – o medo de errar na escolha – em certo sentido relaciona-se à primeira – a falta de informação. Suas afirmações “*Tenho medo de errar, me arrepende e ter um ou dois anos perdidos*”; “*Por ser muito nova tenho receio de escolher a profissão errada e ser infeliz*” são bastante comuns em estudantes em vias de decidir a carreira. Dentre outras coisas, podem indicar a incorporação de discursos naturalizados como o de que a escolha provém de uma “vocação” interior e inata e que “tem de ser certa” (segundo o princípio do “homem certo no lugar certo”) e “para a vida toda”, ignorando a condição de construção histórica dessa vocação. Ignoram, igualmente, as transformações do mercado de trabalho; em especial: a substituição do conceito de emprego estável pelo de empregabilidade e o encurtamento dos projetos, outrora concebidos a longo prazo (Sennett, 2004). Como comentam Sparta et al. (2005), diante de um resultado semelhante em sua pesquisa, esse medo evidencia a pressão exercida nas pessoas para que não errem e percam tempo, pois isto constituiria uma desvantagem na sociedade competitiva e imediatista contemporânea. Negligenciam-se, assim, outros objetivos para a formação superior (restringindo-a a um caráter meramente instrumental de qualificação para o mercado de trabalho) bem como a experiência que dela poderá advir mesmo num curso “errado”. Nesse sentido, vislumbra-se na OP (com os estudantes de cursinhos populares e do ensino médio em geral) a possibilidade de auxiliar na desconstrução destas crenças (perpetuadas nos discursos sociais), incentivando o jovem a utilizar sua ansiedade de forma positiva na exploração e no planejamento, mais consciente e

autônomo, de sua vida profissional e de suas relações consigo mesmo e com os outros.

Dentre os participantes, 71% estavam indecisos quanto à escolha profissional, com uma maioria em dúvida entre três ou mais opções de cursos superiores. Não por acaso, a terceira maior dificuldade foi reconhecida na análise como “dificuldade de renunciar”. Como já observado por Bohoslavsky (1998), a tarefa mais difícil no processo de escolha refere-se ao “quem deixar de ser”, exigindo-se, pois, a elaboração dos lutos pelas opções deixadas de lado. Além disso, esta dificuldade também pode ser relacionada à falta de informação, ao surgimento crescente de opções de cursos e profissões, às naturalizações acima comentadas e aos imperativos vigentes na atualidade – em especial, o apelo ao hiperconsumo (a profissão sendo concebida como mercadoria) e a ilusão de completude ou o desejo de não perder nada (Birman, 2000).

Curiosamente, a assunção da “condição financeira” como aspecto dificultador esteve presente apenas em sete enunciados, configurando uma diferença em relação aos demais estudos em OP com estudantes das camadas populares, em que a condição socioeconômica é afirmada como principal limitação para a escolha. Ainda assim, sua presença é digna de nota, uma vez que remete a restrições concretas em relação à dedicação que estes jovens gostariam de manter nos estudos “*Recursos financeiros, ter que trabalhar durante todo o decorrer da formação, talvez em tempo integral*”, ou em relação à subsistência futura através da profissão: “*Vocação, tenho uma certa vocação artística, mas não sei se conseguiria viver disso*”. Ademais, é preciso considerar que essa dificuldade aparece presumida no último subtítulo evidenciado pela análise: a falta de garantias em relação ao acesso e à permanência ao/no mercado de trabalho. O receio de não encontrar oportunidades no mercado, sua competitividade e o enxugamento dos postos de trabalho também foram relatados nas pesquisas de Sparta et al. (2005), Zonta (2007), Valore e Viaro (2007) e, de algum modo, sinalizam a expectativa de retorno financeiro oriundo do exercício de uma ocupação. Assim, em que pese a prioridade conferida a aspectos pessoais na definição da profissão, pode-se perceber a relevância da questão econômica nesta população já observada em outros estudos.

Por fim, ainda concernente às dificuldades, a não menção ao medo de reprovação no vestibular surpreendeu as pesquisadoras. Uma situação semelhante foi observada, também com alunos de um cursinho popular, por Soares et al. (2007). Talvez, como presumiram as autoras, no caso de nossa amostra, o fato de também estarem ainda relativamente distantes do exame tenha contribuído para a ausência deste tipo de obstáculo nas respostas. Outro aspecto que chamou a atenção refere-se

à inexistência de qualquer comentário que colocasse em dúvida a qualidade do ensino público (lembrando que a maioria dos participantes nunca estudou em instituições particulares) ou que assinalasse a percepção de um sentimento de desvantagem em relação ao ensino privado, conforme constatado por Whitaker e Onofre (2006) e Zonta (2007). Evidencia-se uma diferença no discurso destes participantes com relação ao discurso frequente da “igualdade de oportunidades”. Tal dado pode denotar uma ausência de análise crítica da educação e/ou, talvez, um receio de falar a respeito, uma vez que o ensino ofertado no cursinho era feito por professores voluntários, ex-alunos da universidade em questão (considerada como a 1ª escolha dos estudantes no vestibular) e que a equipe de pesquisadoras mantinha contato com os mesmos. Tais suposições, todavia, mereceriam uma investigação mais aprofundada.

A menção à qualidade de ensino recebida tampouco apareceu no último item analisado: o papel da escola na escolha da profissão. Aqui, porém, há que se considerar uma limitação no modo em que se formulou a pergunta, direcionando-a à escola atual; isto é, ao cursinho, o que limitou a possibilidade de avaliação de outras instituições de ensino frequentadas. Mesmo assim, os dados obtidos trazem material interessante para a discussão.

Interessante observar que o reconhecimento do auxílio não se fez por unanimidade, mostrando uma individualidade nas iniciativas (por parte de alguns professores ou do aluno que deve se interessar e tirar dúvidas ou ainda de um grupo de orientadores profissionais), e não uma ação sistematizada – ou “consciente”, no dizer de um dos participantes – por parte da escola. Tais resultados vão em direção aos encontrados por Gomes, Capanema, Câmara e Cabanelas (2006), em que a maioria dos estudantes interrogados não considerou grande auxílio obtido através das práticas educativas (40,9% consideraram que a escola não ajudou e 19,2% que ajudou pouco). Assim, embora a legislação brasileira atribua ao ensino a preparação para a vida adulta e para o mundo do trabalho, ainda são poucas as escolas que, efetivamente, contribuem para o desenvolvimento profissional dos estudantes.

Esse dado, associado aos demais evidenciados, leva-nos a concordar com Ribeiro (2003), Sparta e Gomes (2005), Sparta et al. (2005), Aguiar e Conceição (2011), dentre outros, quanto à necessidade de retomar o papel de formação integral do ensino médio, com o desenvolvimento de ações de orientação que estejam articuladas às práticas educativas, num projeto de âmbito mais amplo de Educação para a Carreira, como o propõem Munhoz e Melo-Silva (2011). Desse modo, lado a lado ao fornecimento de informações sobre as diversas possibilidades de educação e de inserção profissional e ao incentivo do comportamento exploratório

vocacional, a escola poderia ocupar, de forma mais efetiva, sua condição de lugar privilegiado para a construção da cidadania e de subjetividades comprometidas com a transformação social.

Considerações finais

Embora o aspecto econômico não tenha sido apontado como critério ou dificuldade principal da escolha profissional, os resultados encontrados corroboraram outros dados da literatura, evidenciando sua influência e indicando a necessidade de avanços nesse sentido. Assim, confirmou-se a relevância da orientação profissional nesse contexto, como prática promotora da construção da cidadania, pois, mesmo que as condições socioeconômicas impliquem em restrições na construção do projeto de vida de jovens oriundos das camadas populares, na perspectiva aqui adotada considera-se que a possibilidade de realização de uma escolha, consciente e autônoma, está sempre presente. Para tanto, é preciso propiciar respaldo, o que aponta para outro dado encontrado pela pesquisa. Assim, não obstante a amostra tenha sido pequena e o instrumento utilizado pudesse ser aprimorado (do ponto de vista do aprofundamento de determinadas questões), avalia-se que os resultados obtidos venham em auxílio de algumas reflexões. Dentre essas, destaca-se a discussão sobre o papel da escola na promoção de ações que visem ao desenvolvimento da exploração vocacional, à construção do projeto de vida e à apropriação da condição de sujeito desta construção, de modo a favorecer um reconhecimento de si como agente da história (quer a sua própria, quer a da coletividade).

Conclui-se que a orientação profissional não pode permanecer como prática isolada, geralmente desenvolvida por psicólogos em escolas e consultórios, tendo de ser articulada às práticas sociais mais amplas, sobretudo às ações empreendidas, por professores e equipe pedagógica, nas instituições educativas. Tal premissa parte do pressuposto de que a transição para o mundo do trabalho não é tema exclusivo da OP, posto que configura um trabalho mais abrangente que, em outros países, vem sendo denominado de Educação para a Carreira. Nesse sentido, como bem observam Raitz e Petters (2008), se a escola vem sendo percebida, sobretudo por estudantes das camadas populares, como uma instituição que pouco se interessa por suas dificuldades e aspirações futuras, “é tempo de dar oportunidades de fala a todos, especialmente aos jovens, para promover a verdadeira interação jovem-educação-trabalho-família” (p.414).

Entende-se, pois, que novas pesquisas são necessárias. É preciso, ainda, investigar os sentidos atribuídos ao vestibular, aos cursinhos preparatórios, ao ensino superior, ao papel da escola no mundo con-

temporâneo e, sobretudo, ao trabalho como prática constitutiva da subjetividade. E isso não apenas no âmbito dos estudantes, como também no da comunidade docente e no da sociedade mais ampla. Afinal, se o tema em questão refere-se à construção do futuro, há que se considerar que o que está em jogo transcende ao universo individual e remete às perspectivas futuras de uma nação. Assim sendo, torna-se necessário que todos os seus atores sintam-se convocados ao debate e, mais do que isso, à ação.

Agradecimentos

Agradecimento a Marina Reguero Marques, pelo auxílio prestado na análise dos dados coletados, e ao CNPq pela bolsa de iniciação científica concedida à discente Luiza Helena Raittz Cavallet em 2009 e 2010.

Referências

- Aguiar, F. H. & Conceição, M. I. G. (2011). Orientação Vocacional como tema transversal: uma experiência com profissionais da educação. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 12(1), 107-117.
- Bardagi, M. P., Arteché, A. X., & Neiva-Silva, L. (2005). Projetos sociais com adolescentes em situação de risco: discutindo o trabalho e a orientação profissional como estratégias de intervenção. In C. Hutz (Org.), *Violência e risco na infância e na adolescência: pesquisa e intervenção* (pp. 101-146). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Bastos, J. C. (2005). Efetivação de escolhas profissionais de jovens oriundos do ensino público: um olhar sobre suas trajetórias. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(2), 31 – 43.
- Birman, J. (2000). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Bohoslavsky, R. (1998). *Orientação Vocacional: a estratégia clínica* (11ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Carvalho, J. C., Alvim Filho, H., & Costa, R. P. (2008). *Cursos pré-vestibulares comunitários: espaços de mediações pedagógicas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.
- Dias, M. S. L. & Soares, D. H. P. (2007). Jovem, mostre sua cara: um estudo das possibilidades e limites da escolha profissional. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(2), 316-331.
- Ferreira, A. F., Nascimento, I., & Fontaine, A. M. (2009). O papel do professor na transmissão de representações acerca de questões vocacionais. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10(2), 43-56.
- Gavilán, M. & Labourdette, S. (2006). La orientación y la educación: Investigación en áreas de alta vulnerabilidad psicosocial. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 7(2), 103-114.
- Gomes, C. A., Capanema, C. F., Câmara, J. S., & Cabanelas, L. C. (2006). Educação e trabalho: representações de professores e alunos do ensino médio. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 14(50), 11-26.
- Lassance, M. C. & Sparta, M. A. (2003). Orientação profissional e as transformações no mundo do trabalho. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4(1-2), 13-19.
- Lehman, Y. P. (2010). Orientação profissional na pós-modernidade. Em R. S. Levenfus & D. H.P. Soares (Orgs.), *Orientação vocacional ocupacional*. (2ª ed., pp.19-30). Porto Alegre: ArtMed.
- Moura, C. B. & Menezes, M. V. (2004). Mudando de opinião: análise de um grupo de pessoas em condição de re-escolha profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 5(1), 29-45.
- Munhoz, I. M. S. (2010). *Educação para a carreira e representações sociais de professores: limites e possibilidades na educação básica*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, SP.
- Munhoz, I. M. S. & Melo-Silva, L. L. (2011). Educação para a carreira: concepções, desenvolvimento e possibilidades no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 12(1), 37-47.
- Piotto, D. C. (2010). Universitários de camadas populares em cursos de alta seletividade: aspectos subjetivos. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 229-242.
- Ribeiro, M. A. (2003). Demandas em orientação profissional: um estudo exploratório em escolas públicas. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4(1-2), 141-151.
- Schiessl, C. S. & Sarriera, J. C. (2004). Refletindo a questão do ingresso ao ensino superior: dificuldades e expectativas dos jovens de ensino médio. In J. C. Sarriera (Org.), *Desafios do mundo do trabalho: orientação, inserção e mudanças* (pp. 33-71). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Sennett, R. (2004). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo* (8ª ed.). Rio de Janeiro: Record.
- Soares, D. H. P., Krawulski, E., Dias, M. S. L.; & D'Avila, T. G. (2007). Orientação profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 27(4), 746-759.
- Sparta, M., Bardagi, M. P., & Andrade, A. M. J. (2005). Exploração vocacional e informação profissional percebida em estudantes carentes. *Aletheia*, 22(2), 79-88.
- Sparta, M. & Gomes, W. B. (2005). A importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 6(2), 45 – 53.
- Teixeira, M. O. & Calado, I. (2010). Avaliação de um programa de educação para a carreira: um projecto de natureza exploratória. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 213-218.
- Raitz, T. R. & Petters, L. C. F. (2008). Novos desafios dos jovens na atualidade: trabalho, educação e família. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 408-416.
- Uvaldo, M. C. C. & Silva, F. F. (2010). Escola e escolha profissional: um olhar sobre a construção de projetos profissionais. In R. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação vocacional ocupacional* (2ª ed., pp. 31-38). Porto Alegre: Artmed.
- Valore, L. A. (2010). Orientação profissional em grupo na escola pública: direções possíveis, desafios necessários. In R. Levenfus & D. H. P. Soares (Orgs.), *Orientação vocacional ocupacional* (2ª ed., pp. 65-81). Porto Alegre: Artmed.
- Valore, L. A. & Viaro, R.V. (2007). Profissão e sociedade no projeto de vida de adolescentes em orientação profissional. *Revista de Orientação Profissional*, 8(2), 57-70.
- Whitaker, D. (2010). Da “invenção” do vestibular aos cursinhos populares: um desafio para a orientação profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 11(2), 289-297.
- Whitaker, D. C. A. & Onofre, S. A. (2006). Representações sociais em formação sobre os vestibulares dos estudantes de

um cursinho comunitário na zona rural. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 7(1), 45-55.

Zonta, G. A. (2007). A construção do projeto de vida do aluno da rede pública de educação. *Psicologia Argumento*, 5(50), 261-268.

Recebido em: 02/09/2011

Revisão em: 07/04/2012

Aceite em: 05/05/2012

Luciana Albanese Valore é Psicóloga pela Universidade Federal do Paraná, Mestre em Psicologia Social e Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Professora Associada do Departamento de Psicologia, realizou pós-doutorado

no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Endereço: UFPR. Departamento de Psicologia. Trav. Alfredo Bufren, 140. 1º andar. Centro. Curitiba/PR, Brasil. CEP 80020-240. Email: luvalore@uol.com.br

Luiza Helena Raittz Cavallet é Psicóloga pela Universidade Federal do Paraná. Bolsista de Iniciação Científica CNPq 2009-2010 e 2010-2011. Email: lu.cavallet@gmail.com

Como citar:

Valore, L. A. & Cavallet, L. H. R. (2012). Escolha e orientação profissional de estudantes de curso pré-vestibular popular. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 354-363.